

PEDRO ATAÍDE

DIREITO MINERÁRIO

Apresentação

Fernando Facury Scaff

Prefácio

Talden Farias

3^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

1169211

A862d Ataíde, Pedro.

Direito Minerário / Pedro Ataíde. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. Juspodivm, 2020.
304 p.

ISBN 978-85-442-3530-0.

1. Direito Minerário. I. Ataíde, Pedro. II. Título.

CDD 342.1245

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO	31
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária	31
2.2. Importância da mineração	42
2.3. Peculiaridades da mineração	46
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos	48
2.3.2. Pressupostos econômicos	54
2.3.3. Pressupostos jurídicos	57
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e em Mata Atlântica	59
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário ...	64
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios	69
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados	73
2.5.3. Princípio do interesse nacional	78
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral	81
2.5.5. Princípio do resultado global	82
2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado	84

2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários	85
3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA	87
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária	88
3.2. Mineração na Constituição Brasileira de 1988 ...	97
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público	97
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176)	102
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração	111
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória	113
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos	121
3.4. Estatalidade e recursos minerais	129
4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA	133
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração	137
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação	142
4.3. Regulação Minerária no Brasil	146
4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária	147
4.3.1.1. Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	148

4.3.1.1.1.	Origem e estrutura do DNPM	148
4.3.1.1.2.	Perfil das agências reguladoras no Brasil	151
4.3.1.2.	Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	156
4.3.2.	Mineração brasileira e desenvolvimento	166
4.3.2.1.	CFEM: natureza jurídica, fato gerador, base de cálculo e alíquotas	167
4.3.2.2.	Distribuição e aplicação da CFEM	172
5.	REGIMES MINERÁRIOS	181
5.1.	Aspectos gerais	181
5.1.1.	Minas manifestadas	184
5.1.2.	Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração	186
5.1.3.	Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade e procedimento de disponibilidade	188
5.1.4.	Sigilosidade	196
5.2.	Regime de autorização	202
5.2.1.	Aspectos gerais e descrição da pesquisa	202
5.2.2.	Competência e legitimidade	206
5.2.3.	Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	207
5.2.4.	Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa	216

5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização	219
5.2.6. Natureza jurídica	222
5.3. Regime de concessão	224
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade	224
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral	226
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos	232
5.3.4. Natureza jurídica	236
5.4. Regime de licenciamento	237
5.4.1. Aspectos gerais e competência	237
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento	241
5.4.3. Mineração em leito de rio	243
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira	245
5.6. Regime de registro de extração	247
5.7. Responsabilidade criminal	250
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração	258
5.9. Bloqueio minerário	262
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral	266
5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários	270
5.12. Aprovação tácita dos atos públicos de liberação das atividades econômicas sob competência da ANM	274
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS	281